

DIAGONAIS ACADÊMICAS DO INTERCÂMBIO CULTURAL

MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Diagonais do Afeto: teorias do intercâmbio cultural nos estudos da diáspora africana*. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2016. 258 p.

Logo no início da leitura, percebi que o livro tratava de uma problemática que eu já havia muitas vezes incluído em cursos e que adoraria ter dedicado maior atenção em alguma publicação. A simpatia foi quase imediata pela iniciativa de um jovem historiador em seu trabalho de Mestrado. Leitura mais do que recomendada a todos que se dedicam ao estudo das culturas africanas na diáspora.

Alexandre Almeida Marcussi oferece uma espécie de genealogia crítica dos estudos sobre as culturas afro-americanas e sobre os intercâmbios culturais, destacando uma das suas maiores questões: os debates (quase intermináveis) entre os que valorizam a preservação e os que defendem a transformação das culturas africanas nas Américas. Para o autor, entre indagações, querelas teóricas e debates políticos, esses estudos teriam chegado a um ponto de “esgotamento analítico”. Priorizando a literatura internacio-

nal, o autor procura explicar ao longo do livro as razões desse esgotamento.

Além disso, destaca alguns caminhos de análise — não exatamente muito novos — que precisam ser considerados no debate, pois valorizaram, para além dos elementos culturais, outros canais de aproximação e de intercâmbio, marcados pela proximidade, pelo vínculo e pelo sentimento. Enfim, pelo afeto. As “diagonais do afeto” seriam esses outros locais de interseção dos contatos culturais.

Também desde os primeiros tempos de minha formação como historiadora, entrei em contato com as chamadas “teorias do intercâmbio cultural” e logo concluí que as discussões eram complexas e muito antigas. Sem dúvida, fiquei tentada a conhecê-las mais profundamente num trabalho de maior fôlego. Por um lado, faltou coragem, qualidade que admiro na obra de Alexandre Marcussi. Por outro, para quem

começava o Mestrado em 1981, o já famoso trabalho de Sidney Mintz e Richard Price, de 1976, ainda em sua versão em inglês¹, parecia encaminhar todos (ou quase todos) os problemas dos estudos sobre cultura afro-americana e sobre trocas culturais, até mesmo entre classes sociais, animando debate que também se colocava entre cultura erudita e cultura popular. O ensaio de Mintz & Price escapava dos problemas que envolviam as noções de aculturação, sincretismo e sobrevivências africanas, e oferecia a necessária preocupação com os contextos sociais e com os processos históricos. As discussões sobre o conceito de criouliização, posteriormente identificado com Mintz & Price, e de etnicidade ainda não dominavam os debates.

Em meu primeiro livro – *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque* – fruto da dissertação defendida em 1987, sob a orientação de Robert Slenes, eu já declarava que entendia “cultura” no sentido empregado por Sidney Mintz e Richard Price, valorizando, no caso entre os setores populares, negros em grande parte, os processos de intercâmbio, de mudança e

de recriação em função das variadas situações sociais, da cultura herdada e das novas opções e limites impostos. Em meio à singeleza desse meu primeiro “uso” dos antropólogos, tenho a certeza de que os caminhos oferecidos por Mintz & Price seriam seguidos por muitos historiadores. Afinal, todo historiador da cultura sempre teve um antropólogo de estimação. No meu caso, eu não mais abandonaria Mintz & Price.

Desde 1976, muita água rolou quanto aos estudos dos historiadores sobre as culturas negras nas Américas! As pesquisas históricas no campo cultural e nas sociedades africanas cresceram demais, provocando uma profunda revolução no que poderíamos imaginar — ou sonhar — sobre a presença da África nas Américas e sobre os contatos entre africanos e europeus. A historiografia brasileira da escravidão, especialmente no campo das religiões, com João José Reis, Laura de Mello e Souza, Robert Slenes, Mariza Carvalho Soares, Gabriela Sampaio, Marina de Mello e Souza e Luis Nicolau Parés, jamais seria a mesma.² Novas preocupações com as estratégias políticas dos descendentes de africanos no campo cultural e religioso, com as identidades africanas e com as etnicidades no Brasil co-

¹ No início do meu curso de Mestrado, em 1981, Robert Slenes, chegado havia pouco ao Brasil, trazia na bagagem a versão em *offset* de Mintz & Price, *An Anthropological Approach to the Afro-American Past: A Caribbean Perspective*. ISHI Occasional Papers in Social Change, n. 2, Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues, 1976.

² Em 2001, eu e Ronaldo Vainfas organizamos o dossiê “Religiosidades na História”, *Revista Tempo*, v. 6, n. 11, com um interessante balanço dos estudos históricos que rediscutiam a ideia de sincretismo na História naquele momento. <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=39>

locaram sofisticados problemas para nossa já longa tradição de estudos sobre os intercâmbios culturais, desde Nina Rodrigues e Arthur Ramos; estimularam também renovadas noções no campo da história social, definidas como catolicismo africano, afro-catolicismo, identidade cristã (africana) ou ladinização.

Entretanto, em meio a muitas possibilidades, o ensaio de Mintz & Price, nas novas edições de 1992, em inglês, e de 2003, em português, continuou a ser acionado e intensamente debatido em trabalhos preocupados com os intercâmbios culturais decorrentes da diáspora africana nas Américas. Em artigo solo, “O Milagre da Crioulização: retrospectiva”, publicado na revista *Estudos Afro-Asiáticos*, em 2003 (em inglês o artigo é de 2001), Price explicitou muitos desses debates, e sobretudo as críticas que recebeu, num texto em tom de desabafo e desafio. Para o antropólogo, seus mais famosos críticos, John Thornton, Paul Lovejoy e Michael Gomez, não teriam lido corretamente “o nascimento da cultura afro-americana”, pois, afinal, chegaram a conclusões muito próximas. As críticas, em sua avaliação, pareciam revelar disputas políticas e carreiristas em torno da velha polêmica entre africanistas e defensores, como Price, da crioulização.

Um dos desafios de *Diagonais do afeto* é exatamente entender os motivos dessas leituras não compreendidas, dessas disputas pouco resolvidas e atravessadas. A tese construída por seu autor, antes de

procurar resolver as dificuldades ou defender um dos lados, buscou mostrar que as teorias sobre os intercâmbios culturais chegaram a um impasse; esgotaram-se em suas ambiguidades, polaridades, disputas ideológicas e contradições.

Ao término da leitura do livro, aposto que o leitor ficará convencido de que as respostas de Richard Price, no texto de 2003, são insuficientes, de que os argumentos de seus críticos são imprecisos e de que alguma posição intermediária entre africanistas e adeptos da crioulização é quase sempre parcial. Descobrirá também que as noções de sincretismo, mestiçagem, mistura, crioulização e hibridismo são, em geral, empregadas de formas muito semelhantes. Todo o debate travado não teria resolvido a ambiguidade entre o que permaneceu (como gramáticas, sabores, lógicas e fundamentos) e o que mudou das culturas africanas. As interpretações/teorias sobre “o intercâmbio cultural nos estudos da diáspora africana” precisariam de novos caminhos.

Alexandre Marcussi começou seu Mestrado na USP, em 2007, quatro anos depois da edição em português do ensaio de 1976 e do “texto desabafo” de Richard Price, de 2003. Seu objetivo inicial, como confessa na Introdução ao livro, era a pesquisa sobre “aspectos da religiosidade afro-luso-americana no século XVIII” — tema que parece ter de alguma forma transferido para o Doutorado. Como todos os que se aventuram por essas temáticas, in-

clusive sua orientadora Marina de Mello e Souza, Marcussi precisou mergulhar nas discussões teóricas e metodológicas sobre os modelos interpretativos a respeito das culturas afro-americanas. Ao decidir aprofundar a discussão, iniciou um novo projeto que daria origem ao presente livro.

Ao longo do trabalho, Marcussi procurou mostrar as insuficiências, os limites e as contradições dos modelos explicativos disponíveis a partir da investigação que ele fez de “uma espécie de genealogia” dessas teorias do intercâmbio cultural e de suas matrizes filosóficas conflitantes. Para tal empreendimento, recuou a autores do final do século XIX e estabeleceu uma seleção das questões comumente abordadas, mesmo que os projetos intelectuais fossem distintos e pertencessem a diferentes contextos. Nas palavras do autor, os autores selecionados realizaram uma mesma operação lógica, mais precisamente “uma mesma aporia”, ou seja,

a contradição entre premissas particularistas e universalistas no interior do conceito de cultura e das concepções de contato cultural (p. 17).

A contradição não estaria em tal ou qual autor ou grupo de autores, mas seria “parte constitutiva da própria noção historicamente construída de cultura” (p. 17).

Em outros termos, para os que pretendem entrar no campo dos estudos da diáspora africana, a tarefa não é nada simples e nada esquemá-

tica. O processo de investigação e análise é tortuoso, cheio de desafios e tentações em torno dos conceitos de cultura e dos encaminhamentos para a análise dos contatos culturais. Mais do que tentar livrar-se deles, vale acompanhá-los e entendê-los na difícil relação entre diferentes e desiguais, e entre intelectuais ocidentais e realidades periféricas.

O capítulo 1 apresenta a análise dos paradoxos do pensamento de Franz Boas (1858-1942) e de seu discípulo, Melville Herskovits (1895-1963), ambos muito citados, mas pouco conhecidos da historiografia brasileira. Boas teria realmente mudado os rumos das reflexões sobre a problemática das permanências e das mudanças das culturas em situações de contato, valorizando os processos de aculturação e, a partir do caso do grupo cultural indígena zuñi, rompendo com os paradigmas evolucionistas e difusionistas da Antropologia. As culturas seriam o resultado de trajetórias particulares. Não existiriam leis ou tendências de validade geral, muito menos determinismos racial, geográfico ou econômico.

Para o campo das interpretações sobre as trocas culturais, Marcussi destaca a contribuição de Boas ao investigar se as sociedades se transformavam por influência externa ou por desenvolvimento próprio, em função de interesses e espírito próprios. Seus encaminhamentos, contudo, ao defender que esses processos poderiam ser concomitantes e condicionados a variáveis internas

(ao “espírito” da cultura que os recebe), gerariam contradições e aporias, presentes também na obra de seus posteriores seguidores, fossem africanistas ou defensores da criouliização. Na tensão entre permanência e mudança, Marcussi chega ao cerne do impasse: o novo seria realmente novo?

Melville Herskovits, ao lado de Nina Rodrigues, Fernando Ortiz e Arthur Ramos, é reconhecido como um dos primeiros intelectuais a se dedicar aos estudos sobre as culturas negras nas Américas. Em *O mito do passado negro*, de 1941, foi responsável pela revisão da tese, defendida por Edward Franklin Frazier (1894-1962), de que a travessia do Atlântico e a violência da escravidão teriam aniquilado a herança cultural africana e tornado os negros norte-americanos aculturados aos valores europeus ocidentais. O problema, apontado por Marcussi, é que as teses de Herskovits, ainda presentes em trabalhos recentes, teriam mantido, numa perspectiva culturalista, as aporias teóricas do mestre Boas e as difíceis relações entre permanências e mudanças. Suas teses defendem, ao mesmo tempo, que os negros incorporaram elementos da cultura europeia, num processo histórico de aculturação, e que conseguiram manter estáveis materiais das culturas africanas, entendidos como “qualidades imanentes” de sua cultura.

A obra de Herskovits, nesse sentido, pode ser vista com significados contrários, dependendo do leitor:

por um lado, como precursora da perspectiva da criouliização, por outro, como incentivadora da perspectiva afrocêntrica. Além disso, para Marcussi, as noções de “sobrevivências africanas”, “tenacidade cultural”, “foco cultural”, “gramática da cultura africana”, “reinterpretação”, “sincretismo”, “grau de africanismo”, “tenacidade cultural” e “escala de aculturação”, fundamentais para o modelo teórico do antropólogo norte-americano, se entrecruzam, em diferentes situações e com muitas imprecisões, e criam novos impasses. Residiriam aí as bases dos dilemas, ambiguidades e contradições dos estudos culturais afro-americanos até hoje.

O capítulo 2 trata dos impasses que marcaram a construção da noção de criouliização, em geral articulada à ideia de “um processo em que as culturas do Velho Mundo (especialmente as culturas africanas) se adaptaram e se transformaram para se adequarem às realidades do Novo Mundo nas sociedades coloniais escravistas” (p. 74). Esse talvez seja o capítulo mais recomendado para os que se iniciam nos assuntos culturais das permanências e mudanças e precisam conhecer os limites e complicações dos usos da noção de criouliização.

Logo de início, Marcussi sublinha que “criouliização” é um conceito de difícil definição, muito utilizado nos debates do campo da linguística e transmitido aos estudos históricos sobre a cultura escrava no Caribe nos anos 1950 e 1970. Em

seguida, destaca a polissemia do termo “crioulo”, em sua etimologia e significados ao longo da história americana, já que foi utilizado, por exemplo, para nomear os nascidos na América espanhola — brancos ou não —, os escravizados negros nascidos no Brasil e até mesmo a população e os bens culturais resultantes das trocas entre franceses e africanos na Louisiana. O conceito de criouliização também estaria marcado por muitas imprecisões e dificuldades teóricas.

Na parte final do capítulo, chegamos à análise proposta por Marcussi sobre o polêmico ensaio de Mintz & Price, *O nascimento da cultura afro-americana*. Para entender as razões de tantas controvérsias e, paralelamente, dos próprios limites da argumentação, o autor, mesmo sem ter levado em consideração a vasta obra dos antropólogos, defende que não conseguiram romper com as ambiguidades da herança culturalista transmitida pelos trabalhos de Franz Boas e Melville Herskovits.

O ensaio de Mintz & Price sem dúvida teria atualizado muitos conceitos, como o de reinterpretação e criouliização, reforçado alguns, como o do contexto histórico e das instituições sociais na produção de limites às culturas africanas, e abandonado outros, como o de aculturação. Mas teria mantido os impasses dos que anteriormente se dedicaram à análise dos contatos culturais, ao considerá-los, ao mesmo tempo e de forma conciliatória, na chave da continuidade/preservação (de uma

gramática ampla de base cultural pan-africana) e na chave da mudança/transformação.

O capítulo 3, intitulado “O retorno à cultura”, centra a análise nos críticos do modelo de Mintz & Price, especialmente John Thornton, Paul Lovejoy e Michael Gomez, e nas respostas dadas por Price em 2003. O ponto fundamental do debate girava em torno da tenacidade, ou não, das culturas africanas ou culturas étnicas nas Américas. Em outros termos, onde estava a origem da cultura afro-americana? Na África ou na América?

Ao apresentar com muita profundidade a discussão, Marcussi demonstra o quanto ela se tornou polarizada e confusa. Raramente foram bem discriminados os aspectos da argumentação a que se estava fazendo referência. As leituras do ensaio de Mintz & Price, não sem razão, pareciam ser sempre parciais. Para os “afrogenéticos”, as teses de Mintz e Price aproximavam-se, perigosamente, dos paradigmas de Frazier, ou, ironicamente, estavam mais próximas da ideia de sincretismo.

Diagonais do Afeto também não perdoa as premissas e as operações dos autores considerados “afrogenéticos” e, dessa forma, proporciona um mergulho crítico sobre os limites de suas interpretações. Entre eles, Marcussi destaca a pouca valorização dos condicionantes senhorias e escravistas; a visão essencializada do conceito de etnicidade como um “suporte de cultura”, e a perspectiva etapista do processo diaspórico.

Numa das partes mais surpreendentes do livro, descobrimos que a corrente “afrogenética” parece adotar um modelo explicativo próximo das bases culturalistas, ao se afastarem da abordagem sociológica da cultura proposta por Mintz & Price. Marcussi reforça a suspeita do próprio Price de que as diferenças entre os autores devem ser buscadas mais no campo político e ideológico do que nas divergências entre os modelos teórico e conceitual.

Por fim, ainda no capítulo 3, Marcussi avalia as posições que podem ser consideradas como “intermediárias”, discussão que eu gostaria de ter visto mais aprofundada, especialmente no cotejamento com os trabalhos que, vinculados à história social, se dedicaram a analisar a emergência das identidades étnicas no Brasil a partir dos textos de Frederik Barth e Abner Cohen. Entre os exemplos dos “intermediários”, o autor destaca Ira Berlin, com o “modelo pendular” da criouliização-reafricanização e o conceito de “crioulos atlânticos” para os Estados Unidos; e Michel-Rolph Trouillot, autor que valoriza as circunstâncias históricas da criouliização, levando em conta o contexto institucional e o tipo de trabalho, a intensidade dos contatos externos e as diferentes opções dos indivíduos. Um dos poucos autores residentes no Brasil destacados no livro, Luiz Nicolau Parés, é aproximado a Ira Berlin pela reflexão sobre os movimentos de criouliização e de reafrikanização, em função do tráfico e do tipo de trabalho imposto.

O último capítulo, com muitas novidades, reúne outros caminhos de observação dos contatos entre universos culturais distintos. Na avaliação de Marcussi, seriam esses os caminhos possíveis de superação dos impasses atuais da historiografia afro-americana. Trazem, em comum, a valorização das sensibilidades, a variável do *afeto*. Num primeiro momento, podem ser localizadas em trabalhos realizados na América Latina, como no do cubano Fernando Ortiz (1861-1969), através do conceito de transculturação, seus fluxos, desejos, tentações e transformações culturais em várias direções; e no brasileiro, Gilberto Freyre (1900-1987), com sua ênfase na ideia do mestiçagem, uma intercomunicação através de trocas sexuais, culturais, raciais e afetivas – a economia “perversa do afeto”, nas palavras de Marcussi – em ambiente de confraternização, rejeição, negação e violência.

A busca do *afeto* como categoria de reflexão das relações sociais e culturais permite Marcussi encontrar outros intelectuais preocupados com esse tipo de análise, mas agora entre aqueles que se dedicam aos estudos dos efeitos da produção do racismo e da dominação colonial. De Frantz Fanon (1925-1961), Marcussi destaca suas observações sobre a ambivalência das relações entre escravizados e senhores, dominados e dominadores, negros e brancos, marcada pelos relacionamentos perversos no campo afetivo, amoroso e sexual. De Homi Bhabha (1949-),

sugere a apropriação da noção de hibridismo para análise das relações entre sociedades coloniais e suas metrópoles, definida não por simples misturas, mas por jogos narrativos raciais e culturais de semelhança e diferença, imitação e ameaça.

Nos últimos casos, argumenta Marcussi, não estaríamos mais diante de unidades ou polos culturais estanques e separados, como a “cultura europeia” e a “cultura africana”, marcas dos estudos culturalistas desde Boas e Herskovits e ainda presentes nas interpretações de africanistas e defensores da criouliização, até hoje. Estaríamos diante de inte-

rações típicas da “modernidade colonial”, que sempre produzem identificações e diferenças, por todos os lados, e nos exigem, na sugestão de Marcussi, constantemente repensar o que entendemos por cultura.

Para além da vontade de querer saber mais sobre as “diagonais do afeto”, vale verificar como todas essas discussões podem interferir e dialogar mais diretamente com as novas pautas de pesquisa dos historiadores. Mais ainda, vale ficar atento para o fato de que não conseguiremos reinventar a pólvora a cada nova pesquisa. A história das teorias do intercâmbio cultural vem de muito longe.

Martha Abreu

marthacabreu@gmail.com

Universidade Federal Fluminense